



Ata nº 041 da Sessão Ordinária nº 041, de
13 de agosto de 2013.

1 Às nove horas do dia treze de agosto de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
2 na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS**
3 **ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES e ANTÔNIO JOSÉ**;
4 Ausência justificada dos Conselheiros, **ROSA HAGE e ALOÍSIO CHAVES**; bem como a presença da Procuradora - Chefe
5 do Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, até o processo de nº 39 da pauta, e da
6 Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, a partir do processo de nº 40 da pauta;
7 reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos
8 termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para composição de quorum
9 a partir do processo de nº 12 da pauta. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou:
10 "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos*
11 *decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 036/13. Em
12 sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº**
13 **830012010-00; Prefeitura Municipal de Tomé - Açu; Prestação de Contas de Governo- 2010; Responsável Carlos**
14 **Vinícios de Melo Vieira; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**
15 **Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
16 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com
17 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
18 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de
19 parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Tomé-Açu a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de
20 Tomé-Açu, exercício 2010, de responsabilidade do Sr. Carlos Vinícios de Melo Vieira, com encaminhamento de cópia dos
21 autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 830012010-00; Prefeitura Municipal de Tomé - Açu; Prestação**
22 **de Contas de Gestão - 2010; Responsável Carlos Vinícios de Melo Vieira; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da**
23 **Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo
24 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
25 contrário a aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada
26 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação das contas de gestão da Prefeitura Municipal de*
27 *Tomé-Açu, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Carlos Vinícios de Melo Vieira que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias,*
28 *os seguintes valores: - Recolhimento ao erário municipal do valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscientos reais), correspondente a 20%*
29 *da remuneração anual do gestor, a título de multa pela remessa intempestiva dos RFG's do 2º e 3º semestres, nos termos do art. 5º da*
30 *Lei nº 10.028/2000; E ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado*
31 *do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2010): 1) multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, do Regimento*
32 *Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da LOA, LDO, Balanço Geral, 1º e 2º quadrimestres e RREO's do 3º, 4º, 5º e 6º; 2)*
33 *multa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal em face da realização de despesa*
34 *com ausência de processo licitatório e pela inscrição de restos a pagar sem disponibilidade financeira Cópia dos autos deve ser*
35 *encaminhada ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o
36 Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com
37 a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não
38 aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Carlos
39 Vinícios de Melo Vieira, que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias, ao Erário Municipal, o valor de R\$-15.600,00
40 (quinze mil e seiscientos reais), correspondente a 20% da remuneração anual do Gestor, a título de multa, pela remessa
41 intempestiva dos RFG's do 2º e 3º semestres, nos termos do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, sem prejuízo do
42 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP, aplicação das seguintes
43 multas: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa
44 intempestiva da LOA, LDO, Balanço Geral, 1º e 2º quadrimestres e RREO's do 3º, 4º, 5º e 6º; R\$-6.000,00 (seis mil reais),
45 com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, face a realização de despesa sem processo licitatório e
46 pela inscrição de restos a pagar sem disponibilidade financeira. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da
47 multa ao FUMREAP. **Processo nº 230012005-00; Prefeitura Municipal de Capitão Poço; Prestação de Contas -**
48 **2005; Responsável Francisco Gregório da Silva; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora -**

Handwritten signature



49 Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
50 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das
51 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
52 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de
53 Capitão Poço a não aprovação das contas da Prefeitura, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Francisco Gregório
54 da Silva, com o recolhimento de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento anual do Prefeito,
55 perfazendo o valor de R\$-14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), nos termos da Lei Federal nº 10.028/2000, sem
56 prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 250012011-00;**
57 **Prefeitura Municipal de Chaves; Prestação de Contas de Governo – 2011; Responsável Ubiratan de Almeida Barbosa**
58 **(01.01 a 23.01.2011), Benjamin Ribeiro de Almeida Neto (24.01 a 31.12.2011); 2ª Controladoria; Procuradora Maria**
59 **Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo
60 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
61 parecer prévio contrário a aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria
62 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela emissão de parecer prévio recomendando a
63 Câmara Municipal a não aprovação das contas de Governo não prestadas da Prefeitura Municipal de Chaves, exercício financeiro de 2011,
64 de responsabilidade de Ubiratan de Almeida Barbosa (período de 01/01 a 23/01/2011) e Benjamin Ribeiro de Almeida Neto (período de
65 24/01 a 31/12/2011), devendo ser recolhido multa: Ubiratan de Almeida Barbosa Ao FUMREAP: - R\$ 5.000,00, referente ao não
66 encaminhamento do PPA para o período de 2010- 2013, LDO e LOA do exercício de 2011; Benjamin Ribeiro de Almeida Neto. Ao
67 FUMREAP: - R\$ 20.000,00, referente ao não cumprimento das aplicações constitucionais mínimas do período de 24/01 a 31/12/2011.
68 Cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o
69 Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara
70 Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
71 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Chaves a não aprovação das
72 contas de Governo da Prefeitura Municipal de Chaves, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Ubiratan de
73 Almeida Barbosa (período de 01/01 a 23/01/2011) e Benjamin Ribeiro de Almeida Neto (período de 24/01 a 31/12/2011),
74 sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP,
75 recolhimento das seguintes multas: - Ubiratan de Almeida Barbosa: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), referente ao não
76 encaminhamento do PPA para o período de 2010- 2013, LDO e LOA do exercício de 2011; e - Benjamin Ribeiro de Almeida
77 Neto: R\$-20.000,00 (vinte mil reais), referente ao não cumprimento das aplicações constitucionais mínimas do período de
78 24/01 a 31/12/2011. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº**
79 **250012011-00; Prefeitura Municipal de Chaves; Prestação de Contas de Gestão -2011; Responsável Ubiratan de**
80 **Almeida Barbosa (01.01 a 23.01.2011), Benjamin Ribeiro de Almeida Neto (24.01 a 31.12.2011); 2ª Controladoria;**
81 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.457, de**
82 **09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
83 se contrário a aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
84 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura
85 Municipal de Chaves, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Ubiratan de Almeida Barbosa (período 01/01 a 23/01/2011) e
86 Benjamin Ribeiro de Almeida Neto (24/01 a 31/12/2011), devendo os Ordenadores recolherem: Ubiratan de Almeida Barbosa - Aos cofres
87 municipais: - R\$ 977.443,03, referente aos recursos recebidos e não prestados contas do período de 01/01 a 23/01/2011, devidamente
88 atualizado; - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$ 5.000,00, multa pela não remessa da prestação de
89 contas do período de 01/01 a 23/01/2011, nos termos do art. 120-B, § 2º, do RI/TCM/PA e pelo grave dano ao erário; Benjamin Ribeiro
90 de Almeida Neto - Aos cofres municipais: - R\$ 19.398.973,75, referente aos recursos recebidos e não prestados conta do período de
91 24/01 a 31/12/2011, devidamente atualizado; - Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: - R\$ 40.000,00,
92 multa pela não remessa da prestação de contas do período de 24/01 a 31/12/2011, nos termos do art. 120-B, § 2º, do RI/TCM/PA e pelo
93 grave dano ao erário; - Dê-se ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal. Cópia dos autos devem ser encaminhados ao Ministério
94 Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo
95 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao
96 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de
97 Gestão da Prefeitura Municipal de Chaves, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Ubiratan de Almeida
98 Barbosa (período 01/01 a 23/01/2011) e Benjamin Ribeiro de Almeida Neto (24/01 a 31/12/2011), com recolhimento aos

Handwritten signature

99 Cofres Públicos Municipais das seguintes importâncias, por Ordenador: Ubiratan de Almeida Barbosa: - R\$-977.443,03
 100 (novecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e três centavos), referente aos recursos recebidos e
 101 não prestados conta do período de 01/01 a 23/01/2011, devidamente atualizado; e Benjamin Ribeiro de Almeida Neto: -
 102 R\$-19.398.973,75 (dezenove milhões, trezentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e cinco
 103 centavos), referente aos recursos recebidos e não prestados conta do período de 24/01 a 31/12/2011, devidamente
 104 atualizado, com ciência desta decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Por maioria:** - ao FUMREAP: Ubiratan de Almeida
 105 Barbosa - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multa pela não remessa da prestação de contas do período de 01/01 a
 106 23/01/2011, nos termos do art. 120-B, § 2º, do RI/TCM/PA e pelo grave dano ao erário; e Benjamin Ribeiro de Almeida
 107 Neto - R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), multa pela não remessa da prestação de contas do período de 24/01 a
 108 31/12/2011, nos termos do art. 120-B, § 2º, do RI/TCM/PA e pelo grave dano ao Erário. Vencida a Conselheira Mara Lúcia,
 109 quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 250022011-00; Câmara Municipal de Chaves; Prestação de**
 110 **Contas – 2011; Responsável Vivaldo Macedo de Abreu Silva; 2ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da**
 111 **Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo
 112 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A
 113 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “pela aprovação, com ressalvas, das contas da
 114 Câmara Municipal de Chaves, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Vivaldo Macedo de Abreu Silva, devendo o Ordenador
 115 recolher: Aos cofres municipais: - R\$ 4.440,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), face ao não envio dos Relatórios de Gestão
 116 Fiscal do 2º semestre. Ao FUMREAP - R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), referente ao atraso no envio da prestação de contas do 1º e 3º
 117 quadrimestres”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo
 118 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao
 119 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das
 120 contas da Câmara Municipal de Chaves, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Vivaldo Macedo de Abreu
 121 Silva, com o recolhimento aos Cofres Municipais do valor de R\$-4.440,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), face
 122 ao não envio dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º semestre. **Por maioria:** ao FUMREAP – aplicação de multa no valor de
 123 R\$-3.001,00 (três mil e um reais), referente ao atraso no envio da prestação de contas do 1º e 3º quadrimestres. Vencida
 124 a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 460022009-00; Câmara Municipal**
 125 **de Mocajuba; Prestação de Contas – 2009; Responsável Andrea Tamara Capela Ramalho (01.01 a 31.05.2009), Jader**
 126 **Jânio Sacramento (01.06 a 30.06.2009), Rosalvo Corrêa Sacramento (01.07 a 31.12.2009); 2ª Controladoria; Procuradora**
 127 **Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo
 128 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das
 129 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
 130 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Mocajuba,
 131 exercício de 2009, de responsabilidade de Andrea Tamara Capela Ramalho (período de 01.01 a 31.05.2009), com
 132 recolhimento, aos Cofres Públicos, da importância de R\$-15.394,03 (quinze mil, trezentos e noventa e quatro reais e três
 133 centavos); pela aprovação das contas do período de Jader Jânio Sacramento Cunha (01.06 a 30.06.2009), e de Rosalvo
 134 Corrêa Sacramento (01.07 a 31.12.2009), com a expedição do Alvará de Quitação. Às dez horas e trinta minutos, o
 135 Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 140122002-00; Secretaria Municipal de**
 136 **Saneamento de Belém – SESAN; Prestação de Contas – 2002; Responsável Francisco Eduardo Pasetto/Ivanize dos**
 137 **Santos Carvalho; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no**
 138 **DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
 139 autos e manifestou-se contrariamente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
 140 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não
 141 aprovação das contas prestadas pelos Senhores Francisco Eduardo Pasetto e Ivanize dos Santos Carvalho, Ordenadores da
 142 Secretaria Municipal de Saneamento de Belém - SESAN, no exercício de 2002, com o encaminhamento de cópia dos autos
 143 ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Às dez horas e
 144 quarenta minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a Presidência da Sessão. **Processo nº 584012006-00;**
 145 **Instituto de Previdência do Município de Portel; Prestação de Contas – 2006; Responsável Márcia Carvalho de**
 146 **Oliveira; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº**
 147 **32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e

Handwritten signature/initials in blue ink.



manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação da prestação de contas do Instituto de Previdência do município de Portel, exercício 2006, de responsabilidade da Sra. Márcia Carvalho de Oliveira, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do limite legal de despesas administrativas no exercício". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Instituto de Previdência do Município de Portel, exercício 2006, de responsabilidade da Sra. Márcia Carvalho de Oliveira, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, de multa no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do limite legal de despesas administrativas no exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia, quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1040052006-00; Fundo Municipal de Saúde de Tailândia; Prestação de Contas – 2006** Responsável Altima Alves da Silva; 5ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Tailândia, exercício 2006, de responsabilidade da Sra. Altima Alves da Silva, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes multas: I - R\$ 4.000,00 (quatro mil e cem reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas do 2º e 3º quadrimestres; II - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 832252010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Tomé-Açu; Prestação de Contas – 2010; Responsável Maria Edileuza de Oliveira Lauris dos Santos; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Tomé Açu, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Maria Edileuza de O. L. dos Santos, que deverá recolher no prazo de 15 dias, os seguintes valores: - multa de R\$ 3.001,00 (três mil e um reais) pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre, fora do prazo legal (superior a 90 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM. - multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, em face da realização de despesa com ausência de procedimento licitatório, divergência do saldo inicial da prestação de contas do exercício de 2010, que não confere com o apresentado na prestação de contas de 2009; Divergência do saldo final do exercício de 2010, comparado com o inicial de 2011 e Saldo financeiro final insuficiente para cobrir o montante de compromissos a pagar, violando o art. 1º, § 1º da LRF. - multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, § 1º, em razão do não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde. Referidas multas deverão ser recolhidas ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 20105. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Tomé Açu, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Maria Edileuza de O. L. dos Santos, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: aplicação, no prazo de 15 dias, de multa ao FUMREAP nos seguintes valores: - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre, fora do prazo legal (superior a 90 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; - R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a realização de despesa com ausência de procedimento licitatório, divergência do saldo inicial da prestação de contas do exercício de 2010, que não confere com o apresentado na prestação de contas de 2009; divergência do saldo final do exercício de 2010, comparado com o inicial de 2011, e saldo financeiro final insuficiente para cobrir o montante de compromissos a pagar, violando o art. 1º, § 1º da LRF; multa de R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, § 1º, em razão do não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 0832032010-00; Fundo Municipal de Educação de Tomé-Açu; Prestação de**

Handwritten signature



198 Contas – 2010; Responsável Antônio da Silva e Silva; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -
199 Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o
200 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi
201 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação da prestação de contas do Fundo
202 Municipal de Educação de Tomé Açu, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Antônio da Silva e Silva, que deverá recolher no prazo
203 de 15 dias, os seguintes valores: Ao Município: - R\$-16.585,03 (dezesesseis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e três centavos)
204 devidamente atualizado, decorrente do lançamento da conta Agente Ordenador. Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e
205 Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP: - multa de R\$-3.001,00 (três mil e um reais) pela
206 remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre, fora do prazo legal (superior a 90 dias), nos termos do art. 120-B, item IV,
207 do RI/TCM. - multa de R\$-7.000,00 (sete mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a realização de
208 despesa com ausência de procedimento licitatório, bem como pelo descumprimento do art. 22 da Lei nº 11.494/2007. Cópia dos autos ao
209 Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José
210 Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da
211 multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da
212 prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Tomé Açu, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Antônio
213 da Silva e Silva, que deverá recolher no prazo de 15 dias, ao Município, o valor de R\$-16.585,03 (dezesesseis mil, quinhentos
214 e oitenta e cinco reais e três centavos), devidamente atualizado, decorrente do lançamento à conta “Agente Ordenador”,
215 sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP, multa de
216 R\$-3.001,00 (três mil e um reais), pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre, fora do prazo legal
217 (superior a 90 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; R\$-7.000,00 (sete mil reais), com base no art. 120-A,
218 II do Regimento Interno deste Tribunal, face a realização de despesa sem procedimento licitatório, bem como pelo
219 descumprimento do art. 22 da Lei nº 11.494/2007. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao
220 FUMREAP. Em seguida, convocado o Auditor Alexandre Cunha para composição de quorum. Após, o Conselheiro José
221 Carlos Araújo saudou a presença, em Plenário, do Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Dr. Gilberto Martins.
222 Às onze horas, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 832022010-00; Fundo**
223 **Municipal de Saúde de Tomé-Açu; Prestação de Contas – 2010; Responsável Milena Almeida Fernandes; 5ª**
224 **Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº**
225 **32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
226 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
227 **VOTO**: “pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Tomé Açu, exercício de 2010, de responsabilidade
228 da Sra. Milena Almeida Fernandes, que deverá recolher no prazo de 15 dias, os seguintes valores: - multa de R\$ 3.001,00 (três mil e um
229 reais) pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre, fora do prazo legal (superior a 90 dias), nos termos do art. 120-
230 B, item IV, do RI/TCM; - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, em face
231 da realização de despesa com ausência de procedimento licitatório, divergência entre o saldo financeiro final de 2009 e o saldo inicial de
232 2010 e descumprimento do disposto no art. 77, III, do ADCT. - multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, §
233 1º, em razão do não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, quando à aprovação da prestação de contas do exercício em
234 exame. Referidas multas deverão ser recolhidas ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas
235 dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 20105. Cópia
236 dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Auditor
237 Alexandre Cunha acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da
238 multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da
239 prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Tomé Açu, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Milena
240 Almeida Fernandes, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: recolher no prazo de 15
241 dias, os seguintes valores ao FUMREAP: R\$-3.001,00 (três mil e um reais), pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º
242 e 3º quadrimestre, fora do prazo legal (superior a 90 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; R\$-5.000,00
243 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a realização de despesa sem
244 processo licitatório, divergência entre o saldo financeiro final de 2009 e o saldo inicial de 2010, e descumprimento do
245 disposto no art. 77, III, do ADCT; R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, § 1º, em razão do
246 não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao
247 FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta



com o julgamento do processo de nº 15: **Processo nº 023982009-00; Fundo Municipal de Saúde do Acará; Prestação de Contas – 2009; Responsável Jonas Vale de Moura; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação com ressalvas das contas do Fundo Municipal de Saúde de Acará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Jonas Vale de Moura, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, após o recolhimento ao FUMREAP/TCM multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo não encaminhamento no prazo legal dos contratos e processos licitatórios relacionados nos autos”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Alexandre Cunha acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Acará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Jonas Vale de Moura, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, após o recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo não encaminhamento no prazo legal dos contratos e processos licitatórios relacionados nos autos. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201005446-00 – 270011997-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia; Recurso de Revisão contra a decisão da Resolução nº 8.681, de 20.09.2007 -Prestação de Contas de 1997; Responsável José Alberto de Sousa Branco; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e pela negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso de Revisão, com a manutenção dos termos da Resolução nº 8.681, de 20.09.2007. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200410703-00 – 270012001-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia; Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução nº 7.586, de 03.08.2004 - Prestação de Contas de 2001; Responsável Josenvalto Reis de Souza; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Reconsideração para excluir da condenação as seguintes irregularidades: - Classificação incorreta do elemento de despesa, referente ao crédito suplementar aberto pelo Decreto nº 066, de 16.02.2001 e, consequente multa de R\$-500,00 (quinhentos reais); - Desvio de aplicação de recursos do FUNDEF, na ordem de R\$-311.989,67 (trezentos e onze mil, novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos); - Não remessa do Parecer do Conselho de Acompanhamento do FUNDEF; - Pagamento irregular de diárias aos Gestores Municipais na ordem de R\$-19.301,07 (dezenove mil trezentos e um reais e sete centavos); - Despesa realizada com doações de passagens, sem identificar os beneficiários e respectivos laudos na ordem de R\$-7.022,00 (sete mil e vinte e dois reais); - Classificação indevida para despesas que totalizaram o montante de R\$-406,91 (quatrocentos e seis reais e noventa e um centavos); - Imposto de renda que não foi recolhido do Sr. Josivaldo Ferreira Carvalho ((NE nº 1677) na ordem de R\$-52,00 (cinquenta e dois reais), corrigidos monetariamente. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200614445-00 – 0360052002; FME/FUNDEF de Itaituba; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 14.881, de 22.08.2006 - Prestação de Contas de 2002; Responsável Jeoni da Silva Gama (01.06 a 18.08.2002); Auditora Adriana Oliveira; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso de Reconsideração interposto por Jeoni da Silva Gama que ordenou os recursos do FME/FUNDEF, no período de 01.06 a 18.08.02, com a modificação da decisão para aprovar a contas, com ressalva, face a não apropriação dos encargos patronais no exercício. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia que funcionou nos autos como Procuradora, à época.

Handwritten signature



Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200614446-00 – 0360052002-00; FME/FUNDEF de Itaituba;** Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 14.881, de 22.08.2006 - Prestação de Contas de 2002; Responsável Francisco Felipe dos S. Melo (01.01 a 31.05.2002); Auditora Adriana Oliveira; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Reconsideração para excluir da condenação a ausência de licitação relativa as despesas referentes as NE's de nº 27 (R\$-23.450,00 – construção escola), 53 (R\$-14. 953,65 – aquisição de combustíveis), e 1187 (R\$-43.800,00 – construção de escola), e pela não apropriação dos encargos patronais, com a manutenção da decisão nos seus demais termos. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia que funcionou nos autos como Procuradora, à época. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200614510-00 – 0360052002-00; FME/FUNDEF de Itaituba;** Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão N.º 14.881, de 22.08.2006 - Prestação de Contas de 2002; Responsável Valdo Luis Gaspar Gama (19.08 a 31.12.2002); Auditora Adriana Oliveira; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Reconsideração tão somente para excluir da condenação as seguintes irregularidades: despesa realizada acima autorizada nos elementos 3390 e 3190, não apropriação de encargos patronais e não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Educação, com a manutenção da decisão nos seus demais termos. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia que funcionou nos autos como Procuradora, à época. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201106231-00; FUMBEL e Condomínio Edifício Patio Belém;** Prestação de Contas – 2011; Prestação de Contas do Termo de Compromisso Nº 456/2010; Responsável France Gand Guedes Feio; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “pela aprovação das contas”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201206448-00; FUMBEL e BLB Eletrônica LTDA;** Prestação de Contas do Termo de Compromisso nº 130/2011; Responsável Simeí Roberta Fernandes Bacelar; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201219046-00; FUMBEL e Antônio Albedelnor, DIMAGEM, Nutritérápica;** Prestação de Prestação de Contas dos Termos de Compromisso nº's 115, 116 e 195/2011; Responsável Ana Cecilia Moreira Silva de Souza; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201200368-00; FUMBEL e Água Cristal Empreendimentos Imobiliários LTDA;** Prestação de contas do Termo de Compromisso Nº 042/2011; Responsável Chinzô Carvalho Machida; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201300247-00; FUMBEL e LOC Engenharia LTDA;** Prestação de Contas do Termo de Compromisso Nº 209/2011; Responsável Pedro Dennys de Sousa Gonçalves; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201200230-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção;** Aposentadoria Voto Vista Conselheira Mara Lúcia, Sessão 18.06.2013; Interessada Joana Rodrigues dos Santos; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Auditor Sérgio Dantas. Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 28 e seguintes: **Processo nº 201107463-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria - Portaria Nº 0285/11, de 27.04.11; Interessada Ana Cristina da Silva Borges; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do

Handwritten signature



346 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201215684-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria** - Portaria Nº 1139/12, de
347 03.09.12; Interessado Alex Aquino Damasceno; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José
348 Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
349 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
350 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de
351 votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217557-00;**
352 **IPAMB/PMB; Aposentadoria** - Portaria Nº 1318/12, de 01.10.12; Interessada Raimunda de Fátima Mata Machado;
353 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o
354 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi
355 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
356 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do
357 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217560-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria** - Portaria Nº 1304/12, de
358 27.09.12; Interessada Maria Santiago David Moreira; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio
359 José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
360 manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
361 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por
362 ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201307497-00;**
363 **Prefeitura Municipal de Breu Branco; Lei Nº 705/2013, de 10.04.13, que fixa valor das Diárias do Prefeito, Vice-**
364 **Prefeito, Secretários e Servidores do Município; Interessado Admilson Luis Mezzomo; Procuradora Maria Regina da Cunha;**
365 **Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
366 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**
367 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
368 decidiu pelo cadastramento do Ato, com ressalva às diárias do Prefeito e Vice-Prefeito, quando em viagens dentro ou para
369 fora do Estado, e dos Secretários Municipais e Servidores do 1º escalão, quando em viagem para fora do Estado, em razão
370 de terem sido fixadas em valores acima do que seria a diária de Ministro do Supremo Tribunal Federal, com a modulação
371 dos efeitos da decisão, ou seja, tornando regulares as despesas pagas até o conhecimento do presente voto, sem prejuízo
372 do encaminhamento dos autos à 4ª Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2012/2013. Ausência,
373 por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201301340-**
374 **00; Prefeitura Municipal de Capanema; Lei Nº 6.324/12, de 10.01.13, que fixa Diárias ao Prefeito e Vice-Prefeito;**
375 **Interessado José Olímpio Neto; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**
376 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
377 negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
378 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu contra o cadastramento da Lei nº 6.324, de
379 10/01/2013, que fixa os valores das diárias do Município de Capanema para a Legislatura que se inicia, com a modulação
380 da decisão, ou seja, tornando regulares as despesas pagas até o conhecimento do presente voto, com o encaminhamento
381 dos autos à 5ª Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2012/2013. Ausência, por ocasião de
382 votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201303291-00; Prefeitura**
383 **Municipal de São João da Ponta; Cadastro de Subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais; Interessado**
384 **Nelson Almeida Santa Brígida; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares.**
385 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
386 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
387 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação,
388 do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201303697-00; Câmara Municipal**
389 **de Curionópolis; Resolução Nº 002/2013 de 05.01.13 que fixa Diárias para os Servidores da Câmara; Interessado Wilson**
390 **Acácio Nunes; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo
391 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
392 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
393 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do
394 Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201220766-00; Prefeitura Municipal**

Handwritten signature



395 de Bragança; Denúncia – 2012; Responsável João Nelson Pereira Magalhães; Denunciado Edson Luiz Oliveira; 4ª
396 Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo
397 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo arquivamento da Denúncia.
398 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator proferiu seu voto pelo arquivamento da Denúncia. A matéria foi
399 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
400 **unanimidade**, decidiu pelo arquivamento dos autos, em razão de tratar de matéria que extrapola a competência deste
401 Tribunal. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
402 **nº 201300778-00; Prefeitura Municipal de Curuçá; Denúncia – 2012; Responsável Alexandre da Silva Dias;**
403 **Denunciado Fernando Alberto Cabral Cruz; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro**
404 **Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
405 manifestou-se pelo arquivamento da Denúncia. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
406 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo arquivamento dos autos, em razão
407 de tratar de matéria que extrapola a competência deste Tribunal, com a recomendação de que cópia dos autos sejam
408 encaminhadas para subsidiarem a análise das contas do exercício de 2012. Ausência, por ocasião de votação, do
409 Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201008850-00; Município de Juruti;**
410 **Denúncia – 2008; Responsável José Maria Salgado Vieira; Denunciado Manoel Henrique Gomes da Costa; 4ª Controladoria;**
411 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o
412 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo arquivamento da Denúncia. A matéria foi
413 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
414 **unanimidade**, decidiu pela procedência parcial da denúncia, com a consequente responsabilização do Prefeito Municipal,
415 Manoel Henrique Gomes da Costa, no exercício de 2008 e 2009, pela irregularidade no pagamento integral a Empresa
416 Martop Construções e Terraplenagem Ltda., ante a não demonstração de conclusão da obra; irregularidade na contratação
417 e pagamento da Empresa P R SILVA BRELAZ-ME (Pregão presencial nº 20091603003); irregularidade no pagamento da
418 Empresa Jucimei Batista Lima-ME (Processo Licitatório nº 20083001002); não envio da Carta Convite nº 20091903001,
419 para fornecimento e apoio de montagem de laje pré moldada, no valor de R\$-24.097,50; ausência de processo licitatório
420 para contratação de serviços de publicidade, com as Empresas NITV Radiodifusão LTDA., e irregularidade no pagamento do
421 valor contratado, os quais deverão ser ratificados nas respectivas prestações de contas, cujas análises encontram-se em
422 andamento neste Tribunal, para efeito de aplicação das medidas cabíveis. Ausência, por ocasião de votação, do
423 Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217285-00; Prefeitura Municipal**
424 **de Porto de Moz; Denúncia – 2007; Responsável Anônimo; Denunciado Rosibergue Torres dos Campos; 4ª Controladoria;**
425 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o
426 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo arquivamento da Denúncia. A matéria foi
427 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
428 **unanimidade**, decidiu não conhecimento do expediente como Denúncia e o seu arquivamento, após decisão Plenária,
429 conforme previsto no parágrafo único do art. 46, da Lei Complementar nº 84/2012. Ausência, por ocasião de votação, do
430 Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300856-00; Câmara Municipal de**
431 **São João de Pirabas; Denúncia – 2013; Responsável Edinaldo Oliveira dos Reis; Denunciado não Identificado; 4ª**
432 **Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo
433 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo arquivamento da Denúncia. A
434 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
435 Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo arquivamento dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel
436 Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201212794-00; Prefeitura Municipal de Tracuateua;**
437 **Denúncia – 2010; Responsável Anônimo; Denunciado Nelson Pinheiro da Silva; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina**
438 **da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
439 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo arquivamento da Denúncia com o encaminhamento dos autos para
440 subsidiarem a análise das contas do exercício de 2012. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a
441 **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo arquivamento dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do
442 Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. Às doze horas e quarenta e cinco minutos, o Conselheiro
443 Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de




nº 14: **Processo nº 762752006-00; Fundo Municipal de Saúde de São Félix do Xingu; Prestação de Contas – 2006; Voto Vista Conselheira Mara Lúcia, Sessão dia 03.06.2013; Responsável Esdras Cordeiro e Silva; 3ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator José Alexandre Cunha, com pedido de VISTA a Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.457, de 09.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia apresentou seu **VOTO VISTA**: “acompanho a proposição de voto do Ilustre Relator, concluindo contrariamente à aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de São Félix do Xingu, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Esdras Cordeiro e Silva”. **Em votação**: na Sessão do dia 06.06.13, o Auditor Alexandre Cunha apresentou proposta de Decisão “pela irregularidade das contas do Fundo Municipal de Saúde de São Félix do Xingu, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Esdras Cordeiro e Silva, sem prejuízo do recolhimento aos cofres públicos, a título de multa, com fulcro no art. 57, inc. I, “b” da Lei Complementar nº 84/2012 – LOTCM, dos seguintes valores: - R\$1.000,00 (mil reais) pela infringência ao regime de competência da despesa pública, no que se refere às obrigações patronais, previsto no art. 50, II, da LRF c/c art. 35, II, da Lei nº 4.320/64, e pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos servidores, porém constatado o parcelamento da dívida junto ao INSS; - R\$10.664,58 (dez mil seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) pela irregularidade nos processos licitatórios, em afronta a Lei Federal nº 8.666/93; - R\$500,00 (quinhentos reais) pela divergência na execução financeira, em face da contabilização incorreta de “contas a receber”. Cópia dos autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual”, no que foi ratificada pelo Conselheiro José Carlos Araújo e acompanhada pelo Conselheiro Antônio José e pelo Auditor Sérgio Dantas. Na mesma Sessão, o Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou o Relator, com a exclusão da ilegalidade referente a dispensa de licitação oriunda de estado de emergência em decorrência de enchente. O Conselheiro Cezar Colares encontrava-se ausente na Sessão do dia 06.06.2013. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas do Fundo Municipal de Saúde de São Félix do Xingu, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Esdras Cordeiro e Silva, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com recolhimento de multa, ao FUMREAP, com fulcro no art. 57, inc. I, “b” da Lei Complementar nº 84/2012 – LOTCM, dos seguintes valores: - R\$- 1.000,00 (mil reais) pela infringência ao regime de competência da despesa pública, no que se refere às obrigações patronais, previsto no art. 50, II, da LRF c/c art. 35, II, da Lei nº 4.320/64, e pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos servidores, porém constatado o parcelamento da dívida junto ao INSS; - R\$-10.664,58 (dez mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), pela irregularidade nos processos licitatórios, em afronta a Lei Federal nº 8.666/93; - R\$-500,00 (quinhentos reais), pela divergência na execução financeira, face a contabilização incorreta de “contas a receber”. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda quanto a exclusão da multa referente a dispensa de licitação oriunda de estado de emergência em decorrência de enchente. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 27: **Processo nº 201208106-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria Port.Gab/Pres Nº. 035, de 14.05.2012; Interessada Maria Herly Lopes da Conceição; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro da Port.Gab/Pres nº. 035/2012, de 14.05.2012 (fl. 05), encaminhada pela Presidente do Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre, que concede aposentadoria voluntária, com base no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40, da Constituição Federal, a servidora Maria Herly Lopes da Conceição, no cargo de “Professor Leigo”. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. Às treze horas, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 42: **Processo nº 200605418-00; Fundo Municipal de Saúde de Ourém; Denúncia – 2003; Responsável José Maria dos Reis; Denunciado Waldemiro Fernandes Coelho Junior e Egnaldo Santos de Carvalho; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência parcial da denúncia, considerando insubsistentes os Acórdãos nº 18.846/2009 e nº 20.301/2010. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pelo arquivamento da presente denúncia”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares e o Auditor Alexandre Cunha acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, e do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**




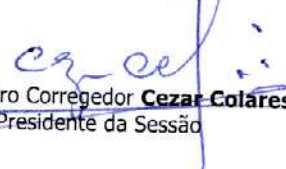
493 **MINISTÉRIO PÚBLICO:** Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às treze horas e vinte minutos
494 da qual foi lavrada a presente Ata.

495 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em treze de agosto de dois mil e treze.
Visto:


Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheira Vice – Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão